

PROPOSTAS PARA UMA PETROBRÁS MAIS ESTATAL E A SERVIÇO DO BRASIL

Durante o Papo Direto Online de sexta-feira (14), Miriam Cabreira e Ticiane Rodrigues destacaram a importância de levar ao debate eleitoral de 2026 um projeto energético baseado na soberania nacional, na valorização dos trabalhadores e na distribuição justa da riqueza - **PÁGINA 3.**



DIRETORAS DO SINDIPETRO-RS E DA FUP REPRESENTAM PETROLEIROS NA 4ª ASSEMBLEIA DA ALBA MOVIMENTOS, EM CUBA

Nalva Faleiro, diretora do Sindipetro-RS e da FUP, e Patrícia de Jesus, diretora da Federação, participaram dos debates sobre soberania, integração latino-americana e luta anti-imperialista e levaram a solidariedade da categoria ao povo cubano - **PÁGINA 2.**

DIRETORAS DO SINDIPETRO-RS E DA FUP REPRESENTAM PETROLEIROS NA 4ª ASSEMBLEIA DA ALBA MOVIMENTOS, EM CUBA



A diretora do Sindipetro-RS e da FUP Nalva Faleiro participou, ao lado da também diretora da Federação Patrícia de Jesus, da **4ª Assembleia Continental da ALBA Movimentos**, realizada em Havana, Cuba. Elas representaram a categoria petroleira em um dos principais espaços de articulação dos movimentos sociais da América Latina e do Caribe.

A Assembleia mobilizou mais de **400 organizações de 25 países**, reunindo cerca de **200 delegados/as**. Os participantes discutiram estratégias para fortalecer a integração entre os povos, enfrentar o avanço da extrema direita e do imperialismo e defender a soberania política, econômica, alimentar e energética da região.

Nalva abordou elementos da conjuntura brasileira fundamentais para a compreensão do caráter continental da luta anti-imperialista. Ela também contribuiu para o debate sobre a construção de um projeto socialista e os desafios enfrentados pelos movimentos sociais e pela classe trabalhadora.

PETRÓLEO DEVE SERVIR AO POVO, NÃO AO LUCRO PRIVADO

Nalva lembrou que o Brasil sofreu, em 2016, um golpe de Estado apoiado pelos EUA e alertou que o país volta a enfrentar tentativas de interferência externa, inclusive em seu processo eleitoral, em razão da importância geopolítica das reservas energéticas do Brasil.

Ela defendeu que a exploração do petróleo e dos demais recursos naturais seja definida pelo povo brasileiro, dentro de um projeto nacional de desenvolvimento e de transição energética justa, popular e soberana.

“Defendemos que a exploração de petróleo no nosso país deve estar no contexto da transição energética justa, popular e soberana, não para enriquecer o setor privado”, destacou.

Para a dirigente, a luta em defesa da

Petrobrás e da soberania brasileira não está separada das batalhas enfrentadas pelos demais povos latino-americanos. As ofensivas contra empresas estatais, governos populares, organizações sindicais e movimentos sociais fazem parte de um mesmo projeto de dominação econômica e política do continente. “A gente está discutindo aqui a soberania dos povos, a luta contra a extrema direita e o imperialismo. Também é o momento de pautar a resistência da classe trabalhadora”, afirmou.

SOLIDARIEDADE CONCRETA

Além da participação política nos debates, a delegação da FUP levou a Cuba a solidariedade dos petroleiros/as. Em conjunto com os sindicatos e a categoria, a Federação arrecadou e levou mais de **140 quilos de doações**. Foram entregues medicamentos, alimentos, produtos de higiene e materiais escolares. A iniciativa contribui com a população cubana diante das graves dificuldades provocadas pelo bloqueio econômico, comercial e financeiro imposto pelos Estados Unidos. “Defender Cuba neste momento, em que a ilha está sendo sufocada pelo embargo norte-americano, também é defender a nossa própria soberania”, afirmou Nalva.

O bloqueio contra Cuba teve início após a Revolução de 1959 e foi ampliado ao longo das décadas. Mesmo depois do fim da Guerra Fria, os EUA mantiveram e aprofundaram as sanções, impondo obstáculos ao comércio exterior cubano e penalizando empresas de outros países que mantêm relações comerciais com a ilha.

O bloqueio atinge diretamente a população ao dificultar o acesso a alimentos, medicamentos, combustíveis, equipamentos e matérias-primas. Mais do que uma sanção econômica, trata-se de uma política de esfíxia contra um povo que decidiu construir soberanamente seu próprio caminho.

A 4ª Assembleia da ALBA Movimentos demonstrou que os desafios enfrentados pela classe trabalhadora não respeitam fronteiras. A entrega dos recursos naturais, a privatização das empresas públicas, os ataques aos direitos sociais e trabalhistas, o crescimento da extrema direita e as interferências estrangeiras fazem parte de uma ofensiva articulada contra os povos da América Latina e do Caribe ■



BELLA CIAO - O SINDIPE-TRO-RS recebeu, dia 13/08, o cineasta e produtor cultural Rafael Ferretti. Ele entregou um convite para que o Sindicato participe da próxima **Feira Bella Ciao, que acontecerá no dia 13 de setembro, em Porto Alegre**. A Feira Bella Ciao é um evento cultural e de economia solidária criado em 2021, em POA. É a primeira feira antifascista da cidade e reúne dezenas de expositores de arte, moda autoral, artesanato, literatura e gastronomia e um espaço de convivência, resistência política e apoio aos pequenos produtores.



TEATRO PETROLEIRO - O Grupo Teatral Tanabeira está selecionando novos integrantes. Podem participar trabalhadores e aposentados da Refap, além de seus dependentes, com idade acima de 35 anos e disponibilidade para os ensaios, realizados nas tardes de segunda-feira, na Delegacia do Sindipetro-RS, em Canoas. Para se inscrever, entre em contato pelo **WhatsApp (51) 99331.9185**.

VOTAÇÃO - O Sindipetro-RS alerta os trabalhadores e trabalhadoras que estarão em viagem a trabalho ou fora de seu domicílio eleitoral nos dias da eleição — **4 de outubro, no primeiro turno, e 25 de outubro, em eventual segundo turno** — de que o **prazo para solicitar o voto em trânsito termina na quinta-feira, dia 20 de agosto**. O pedido pode ser feito pelo Autoatendimento Eleitoral do TSE. Quem estiver em outro município, mas dentro do Rio Grande do Sul, pode votar para presidente, governador, senador, deputado federal e estadual. Quem estiver em outro estado poderá votar apenas para presidente.



SINDIPETRO-RS - SINDICATO DOS PETROLEIROS DO RIO GRANDE DO SUL | FILIADO À FUP, CNQ E CUT

DIRETORIA RESPONSÁVEL: Miriam, Dary, Alex, Nalva, Cadore, Stelmaki, Medeiros, Trovo, Camile, Davi, Edgar, Terterola, Fábio, Karina, Lautert, Oscar, Tiago Maria, Geisa, Lisboa, Russo.

JORNALISTAS RESPONSÁVEIS: Nara Roxo (Mtb 6.771) e Rita Cardoso (Mtb 14.278)

SEDE PORTO ALEGRE - Rua Lima e Silva, 818, Cidade Baixa, CEP 90.050-100 | Telefone (51) 3226.2799 - secretaria@sindipetro-rs.org.br

DELEGACIA DE CANOAS - Rua Victor Barreto, 3288, Centro, CEP 92.010-000 | Telefone (51) 3472.4622 - delegaciacanoas@sindipetro-rs.org.br

DELEGACIA LITORAL NORTE - Rua Deolindo Maggi, 52, Centro, Osório, CEP 95.520-000 | Telefone (51) 3663.2763 - delegacialitoralnorte@sindipetro-rs.org.br

→ LUTA PETROLEIRA

PROPOSTAS PARA UMA PETROBRÁS MAIS ESTATAL E A SERVIÇO DO BRASIL

Durante o Papo Direto Online de sexta-feira (14), Miriam Cabreira e Ticiane Rodrigues destacaram a importância de levar ao debate eleitoral de 2026 um projeto energético baseado na soberania nacional, na valorização dos trabalhadores e na distribuição justa da riqueza

A dirigente do Sindipetro-RS Miriam Cabreira e a especialista do Instituto de Estudos Estratégicos de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (Inep), Ticiane Rodrigues, apresentaram, durante o **Papo Direto Online** de sexta-feira (14), os principais pontos da plataforma de políticas públicas construída pelo Inep e pela FUP.

Lançado **dia 11 de agosto**, na Câmara dos Deputados, em Brasília, o documento reúne **50 propostas** para os setores de petróleo, gás e energia. O objetivo é colocar no centro do debate eleitoral de 2026 um projeto de desenvolvimento que fortaleça a Petrobrás, amplie o controle do Estado sobre a companhia, reestatize os ativos privatizados e assegure uma transição energética justa, soberana e popular.

As propostas resultam de uma construção coletiva desenvolvida nos congressos estaduais, encontros e seminários da categoria e consolidada no XX Confup.

RUMOS DA PETROBRÁS

Miriam destacou que a plataforma dá consistência técnica e política a uma luta histórica dos petroleiros/as: recuperar o papel da Petrobrás como empresa pública comprometida com o desenvolvimento do Brasil.

A dirigente chamou a atenção para a repercussão alcançada pelo documento no RS, onde o jornal Correio do Povo publicou uma matéria com a chamada “Petroleiros pedem Petrobrás mais estatal e menor repasse a acionistas”. Para ela, essa visibilidade é importante porque demonstra que a categoria está disputando publicamente qual deve ser o futuro da maior empresa brasileira. “Estamos fazendo uma disputa de projeto de Petrobrás para o Brasil, para o nosso país e para o nosso estado”, afirmou.

A dirigente ressaltou que a estatal retomou os investimentos e voltou a contribuir para o desenvolvimento nacional durante o governo Lula. Entretanto, ainda existem obstáculos que precisam ser enfrentados, entre eles o atual Estatuto Social da companhia, a concentração dos investimentos na Região Sudeste e a elevada distribuição de dividendos aos acionistas privados.



Segundo Miriam, os trabalhadores já alertavam, antes mesmo da abertura do capital da Petrobrás ao mercado de ações, sobre o perigo de uma parcela crescente da riqueza produzida pela estatal ser desviada para interesses privados.

O desafio colocado agora é construir força política e social para alterar as regras que limitam a atuação pública da empresa e garantir que a riqueza gerada pela Petrobrás seja revertida em investimentos, empregos, serviços públicos e melhores condições de vida para a população.

INCIDIR NAS ELEIÇÕES DE 2026

Ticiane explicou que a plataforma não pretende ser apenas um documento técnico. A meta é transformar suas propostas em compromissos concretos dos candidatos e candidatas que disputarão as eleições de 2026. “A

gente quer que essa elaboração possa incidir no debate eleitoral e, depois, nos próprios rumos dos estados e do país”, explicou a especialista.

A plataforma reúne o acúmulo histórico das lutas da FUP e dos sindicatos, desde a abertura do capital da Petrobrás, passando pelo enfrentamento ao desmonte da empresa e às privatizações, até a elaboração mais recente sobre uma transição energética justa, soberana e popular.

O conjunto de experiências foi transformado em propostas de políticas públicas que podem ser implementadas entre 2027 e 2030, mas que também apontam para um planejamento estratégico de longo prazo, pensando o setor energético para os próximos 20 ou 30 anos. Conforme Ticiane, trata-se de estabelecer, desde agora, as medidas necessárias para construir o futuro para o país.

CONSTRUÍDO PELA CATEGORIA

Segundo Miriam, não se trata de uma elaboração feita de cima para baixo. O documento expressa as experiências, reivindicações e propostas acumuladas pelos trabalhadores/as ao longo de décadas de luta contra às privatizações e em defesa da soberania nacional.

Para o Sindipetro-RS, levar essas ideias aos locais de trabalho, às organizações populares e ao debate eleitoral será fundamental. A riqueza produzida pelo petróleo brasileiro deve financiar o desenvolvimento, a geração de empregos, a redução das desigualdades e uma transição energética que não deixe ninguém para trás.

A disputa está colocada de forma bastante clara: de um lado, uma Petrobrás voltada à remuneração dos acionistas privados; do outro, uma empresa mais estatal, integrada e comprometida com o povo brasileiro.

Para os petroleiros e petroleiras, é **esse segundo projeto que precisa ganhar força nas ruas e nas urnas** ■



DEMANDAS DA CATEGORIA

PROPOSTAS DA PETROBRÁS FRUSTRAM A CATEGORIA E FUP PREPARA OS PRÓXIMOS PASSOS

As negociações realizadas na última semana entre a FUP e as empresas do Sistema Petrobrás terminaram sem os avanços esperados pela categoria. Durante o **Papo Direto Online** de sexta, **14 de agosto**, a dirigente do Sindipetro-RS Miriam Cabreira fez um balanço das reuniões sobre PLR, plano de cargos e teletrabalho. Segundo Miriam, as propostas apresentadas pela Petrobrás para o plano de cargos e para a PLR estão muito abaixo das reivindicações da categoria. “Tivemos uma apresentação de propostas sobre o plano de cargos muito decepcionante, mas que também não nos surpreende. Agora, na reunião sobre a PLR, veio outra proposta rebaixada, que não mantém nem o que já temos acordado e representa um retrocesso”, afirmou.

Diante desse cenário, o **Conselho Deliberativo da FUP reúne-se na quarta-feira, dia 19**, para avaliar as propostas e definir os próximos passos da mobilização.

LUCRO CRESCE, MAS PROPOSTA RETROCEDE - Apesar do lucro recorde registrado pela companhia no segundo trimestre de 2026 (crescimento de **97%** em relação ao mesmo período de 2025), a proposta da estatal na reunião do dia 14 ficou muito abaixo das expectativas. Além de não acompanhar o crescimento dos resultados construídos pelo esforço coletivo dos trabalhadores, a proposta congela o piso da PLR por dois anos, estabelece valores diferenciados entre as empresas do Sistema e deixa os empregados da Araucária Nitrogenados S.A. (Ansa) sem PLR ou Programa de Remuneração por Desempenho (PRD).

Segundo Miriam, a Petrobrás inicialmente tentou retomar os mesmos valores de piso do acordo de 2024/2025, sem sequer aplicar a correção da inflação. Após as críticas e os questionamentos da representação sindical, a empresa pediu um intervalo e apresentou um novo piso para 2026, mas manteve o valor congelado para 2027. “É uma proposta que retrocede no piso e no que já temos acordado”, resumiu a dirigente.

PARCELA CADA VEZ MENOR - Os dados apresentados pela assessoria do Dieese durante a negociação mostram o tamanho da desigualdade na distribuição da riqueza produzida pela Petrobrás.

Atualmente, cerca de um terço do valor adicionado pela companhia é destinado aos acionistas, enquanto somente **9%** ficam com os trabalhadores. As despesas com pessoal representam **5,6%** do faturamento da estatal. Desse total, **2,6%** correspondem às remunerações fixas, incluindo os pagamentos ao alto escalão, e apenas **1%** é destinado às remunerações variáveis.

A categoria reivindica a negociação conjunta de todas as formas de remuneração variável, tendo como referência o acordo pactuado para o período de 2014 a 2019. Naquele período, eram considerados os resultados de todo o Sistema Petrobrás, com base em regras e indicadores transparentes.

PLANO DE CARGOS - Miriam alertou que a proposta de plano de cargos apresentada pela Petrobrás também está muito distante das reivindicações da categoria. A expectativa dos trabalhadores é por um modelo que valorize as carreiras, corrija desigualdades, reconheça experiências e qualificações e ofereça perspectivas reais de desenvolvimento profissional.

Outro problema é que somente a holding apresentou uma proposta para o plano de cargos. As subsidiárias não trouxeram respostas aos seus trabalhadores, mantendo as incertezas e desigualdades existentes no Sistema.

TELETRABALHO - O acordo específico sobre o tema tem validade até abril de 2027, mas a FUP considera necessário iniciar as discussões com antecedência. Para isso, já solicitou reunião específica para tratar das condições do teletrabalho. Miriam lembrou que o tema foi debatido no XX Congresso Nacional da FUP (Confup), no qual a categoria construiu posicionamentos e propostas para orientar a negociação.

PEDs - Durante o PDO, Miriam também chamou a atenção para a situação dos Planos de Equacionamento de Déficit (PEDs). Segundo a dirigente, o encaminhamento da pauta encontra-se praticamente estacionado devido aos problemas gerados por uma ação judicial. O Sindicato deverá convocar encontros com aposentados/as, pensionistas e trabalhadores da ativa que permanecem nos Planos impactados para explicar os obstáculos surgidos, atualizar os participantes sobre a situação e discutir os próximos encaminhamentos.

SERVIÇOS

PLANTÕES JURÍDICO E DE ATENDIMENTO DA ASSISTENTE SOCIAL

ESCRITÓRIO COSTA ADVOGADOS (Direito Civil e Tributário) - **Dr. Lúcio Costa** e **Dra. Graciele Santiago Gonçalves** - O atendimento deve ser solicitado pelo e-mail atendimento@costaeadvogados.adv.br

ESCRITÓRIO DIREITO SOCIAL (Direito Trabalhista e Previdenciário) - **Dr. Abrão Blumberg** e **Caroline Anversa** - Agendamento pelo **WhatsApp (51) 99292.1642**.

ASSISTENTE SOCIAL - **Jaqueline da Costa** - O atendimento pode ser agendado pelo WhatsApp da Secretaria **(51) 9894.3814**.

NOTAS

APOSENTADORIA ESPECIAL

A articulação dos petroleiros, em Brasília, deu resultados. O **PLP 42/2023** deve tramitar em ritmo acelerado e está pronto para ser votado diretamente no Plenário da Câmara dos Deputados, pulando etapas nas comissões técnicas. Com o apoio direto dos petroleiros, a inclusão da categoria no relatório foi garantida. Agora, chega a fase decisiva de negociação do mérito do texto. O projeto busca **corrigir os retrocessos da Reforma da Previdência** para quem trabalha sob efetiva exposição a riscos e agentes nocivos em pontos como a redução da idade mínima, o cálculo do benefício e as atividades de risco consideradas. A luta agora é para colocar o projeto em pauta para votação final o mais rápido possível no Plenário. A luta continua pela garantia dos direitos de quem arrisca a saúde e a vida no trabalho diário.

DE OLHO NA ELEIÇÃO

O candidato **Flávio Bolsonaro** (PL-RJ), entre outras propostas que compõem o que sua equipe chama de “tesouraço”, **promete reduzir o poder dos sindicatos**, cortar despesas e enxugar a máquina pública — leia-se: cortar gastos sociais. Em relação aos trabalhadores, o programa defende **maior flexibilização das relações entre empresas e empregados**. Uma das propostas é o chamado “negociado sobre o legislado”, pelo qual trabalhadores e empregadores poderiam estabelecer diretamente as condições de trabalho. **O programa também critica a participação de sindicalistas na formulação de políticas públicas** e defende que os trabalhadores de aplicativos sejam protegidos sem que os dirigentes sindicais estejam “à frente do processo”. Já entre as propostas apresentadas pela campanha de **Lula (PT)** está a **retomada da assistência sindical nas homologações das rescisões** de contratos de trabalho, que deixou de ser obrigatória após a reforma trabalhista de 2017. O documento afirma ser necessário aprimorar a legislação trabalhista, alterando regras que induzem à precarização das condições de trabalho. Além de propor a retomada da assistência sindical nas rescisões, o plano de Lula também promete **fortalecer a negociação coletiva com a atualização do sistema sindical de representação coletiva de interesses**.